







nº 791 de 10 de dezembro de 2007 (original, atualizada e com reconhecimento de firma), a fim de não sofrer retenção de Imposto de Renda e Contribuições Sociais, de acordo com a legislação vigente.

**4.14.** O CONTRATANTE poderá exigir outros documentos comprobatórios (declarações de isenções tributárias, certidões, obrigações tributárias, etc.), a seu critério, para liberação do pagamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA -**

Os valores do presente contrato, não pagos na data do vencimento, deverão ser corrigidos desde então, até a data do efetivo pagamento, pela variação do IGPM ocorrida no período.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE -**

**6.1.** O preço do presente contrato será reajustado da seguinte forma:

I. Montante A: 80 % (oitenta por cento) do valor do contrato será reajustado na data-base da categoria, mediante apresentação de Acordo ou Convenção Coletiva, registrados no Tribunal Regional do Trabalho da Região, ou do Dissídio Coletivo devidamente homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

II. Montante B: 20% (vinte por cento) do valor do contrato será reajustado, anualmente, na data de aniversário do contrato, pela variação do IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que vier a substituí-lo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA -**

A vigência desta contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de 17/12/2013, podendo sua duração ser prorrogada nos termos do que dispõe o artigo 57 da Lei 8.666/93 e legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES -**

##### **8.1. DOS DIREITOS**

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.



**8.2. DAS OBRIGAÇÕES****8.2.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

- I. efetuar o pagamento ajustado;
- II. dar à CONTRATADA as condições necessárias à execução do Contrato;
- III. designar formalmente um representante para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do presente contrato;
- IV. registrar, no "LIVRO DE OCORRÊNCIAS", pela administração da dependência vigiada, qualquer ocorrência pertinente à prestação dos serviços, inclusive observações de anormalidades nas condições do patrimônio vigiado;
- V. assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir que aqueles continuem os mais vantajosos para a Administração;
- VI. manter cadastro de todos os empregados que prestarem serviços nas suas dependências com os seguintes dados: nome, n.º da carteira de identidade e do CPF/MF, endereço e nº de telefone;
- VII. examinar a documentação exigida, verificando o integral cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- VIII. por seus prepostos, comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer irregularidade, falta disciplinar, manifesta ineficiência, comportamento incompatível com os serviços contratados, a fim de que, apurada a procedência, sejam tomadas as devidas providências.

**8.2.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- I. assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas relativamente aos seus empregados, correndo todas as obrigações e ônus de empregador por sua conta e, conseqüentemente, o pagamento das contribuições exigidas pela Previdência Social, seguro contra acidentes do trabalho e demais encargos da legislação vigente, em relação ao pessoal empregado nos serviços aqui contratados;
- II. cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- III. assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;





IV. apresentar, durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação e, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

V. comprovar, mensalmente, o recolhimento atualizado dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados, sob pena de suspensão dos pagamentos devidos, sem prejuízo de outras sanções previstas no contrato e Lei 8.666/93, até que atenda o solicitado;

VI. atender todas as exigências trabalhistas no que tange à concessão de férias dos empregados, devendo apresentar a documentação comprobatória quando solicitado pelo CONTRATANTE;

VII. fornecer equipamentos, materiais de consumo e mão de obra a serem utilizados na execução dos serviços contratados;

VIII. fornecer pessoas especializadas para a execução dos serviços, devidamente identificadas e uniformizadas, mantendo toda a documentação exigida pela legislação vigente junto ao local de execução dos serviços;

IX. exercer permanente fiscalização e controle sistemático do desempenho de seus empregados, por meio de, no mínimo, uma visita quinzenal de seus supervisores às dependências do CONTRATANTE, pois a disciplina e pontualidade desses empregados especializados é encargo que lhe cabe;

X. orientar seus empregados a manter sigilo absoluto quanto às informações contidas nos documentos ou materiais por ele manipulados ou acessados, dedicando especial atenção à sua guarda, arrumação ou descarte, quando for o caso;

XI. providenciar para que o(s) empregado(s) se faça(m) acompanhar de carta de apresentação, contendo as principais informações, como nome, endereço, identidade, CPF e ficha de registro;

XII. atender, imediatamente, solicitação de substituição de funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados, pelo CONTRATANTE, prejudiciais, inadequados, inconvenientes ou insatisfatórios para a prestação dos serviços, sem que lhe assista qualquer direito ou reclamação;

XIII. prover, imediatamente, o pessoal necessário para garantir a continuidade, o bom andamento e a boa execução dos serviços nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão,



ausências legais e outros casos análogos obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, sendo que a equipe volante, que se encontrar em serviço no Banrisul, deverá portar "Papeleta de Serviços Externos", a fim de atender à fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho;

**XIV.** Comunicar imediatamente as substituições de seus empregados, responsáveis pela prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como as alterações de função e de horário dos mesmos;

**XV.** Disponibilizar mensalmente, ou a qualquer período por solicitação do CONTRATANTE, nominata dos empregados destinados à prestação dos serviços objeto deste contrato, devendo estar sempre atualizada, e ser entregue juntamente com a Nota Fiscal da prestação dos serviços;

**XVI.** Entregar ao CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias contados do início da vigência do presente contrato, cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR 9 da Portaria 3.214/78) - no local onde o empregado estiver lotado (Administrações das Agências, Administração do Edifício Sede e Unidade de Gestão Patrimonial); para fins de fiscalização da autoridade competente;

**XVII.** Entregar ao CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias contados do início da vigência do presente contrato, mantendo a regularidade de forma anual, cópia do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO - (NR 7 da Portaria 3.214/78) - dos empregados que executarão os serviços ora contratados, para avaliação do CONTRATANTE, e cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional - ASO - em conformidade com o referido programa, que ficarão arquivados na Agência onde o empregado estiver lotado (Administrações das Agências, Administração do Edifício Sede e Unidade de Gestão Patrimonial), para fins de fiscalização da autoridade competente;

**XVIII.** apresentar, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início da vigência do presente contrato, cópia das fichas específicas (Controle de Entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPI), devidamente assinadas pelos empregados envolvidos na prestação dos serviços, com periodicidade mensal, ao Contratante, onde o empregado estiver lotado (Administrações das Agências, Administração do Edifício Sede e Unidade de Gestão Patrimonial);





**XIX.** A cobertura, de forma ininterrupta, dos postos de trabalho, dar-se-á por uso de mão de obra idônea e tecnicamente capacitada. Para tal fim, a CONTRATADA deverá manter:

**a) reserva técnica** para cobertura de postos descobertos em decorrência de ausências dos vigilantes, ou solicitação do contratante de substituição de qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes, insatisfatórios ou prejudiciais à disciplina ou ao interesse dos serviços, efetuando a reposição de forma imediata, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra), promovendo gestões junto às autoridades de segurança e arregimentando recursos para, em caso de greve, não deixar desguarnecidos os postos;

**b) base operacional na região do objeto do Contrato, com plantão vinte e quatro horas**, dotada de, no mínimo, fax, telefone, guarda de armas e munições e um veículo com sistema de comunicação com a base, para atendimento emergencial com o CONTRATANTE, devendo nela permanecer preposto da CONTRATADA para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar, dar ordens ao contingente alocado e resolver qualquer questão pertinente à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações do CONTRATANTE.

**XX.** Os vigilantes designados para execução dos serviços devem portar:

- a)** armamento autorizado e de acordo com a legislação em vigor;
- b)** crachá de identificação (subscrito por ela e contendo, no mínimo, sua razão social, nome completo do vigilante, fotografia 3X4 recente e número de registro na DRT).

**XXI.** Os vigilantes devem se apresentar para prestação dos serviços devidamente uniformizados e em satisfatórias condições de higiene pessoal;

**XXII.** Apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis antes do início dos serviços, comprovante de vínculo empregatício com a mão de obra alocada nos serviços ora contratados e as respectivas fichas funcionais, incluindo as da reserva técnica, acompanhadas de fotografia de cada vigilante, cuja revelação não seja superior a seis meses, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a)** nome completo;
- b)** número do documento de identidade;
- c)** número do registro e vencimento da Carteira Nacional de Vigilante;





- d) endereço residencial;
- e) nome dos genitores;
- f) estado civil e, quando casado, o nome do cônjuge;
- g) dependência do CONTRATANTE para onde é designado;
- h) data de admissão na CONTRATADA;
- i) horário de trabalho (precisando o início, fim e intervalo);
- j) carga horária mensal de trabalho, função e tarefas a serem desempenhadas;
- k) número do PIS e do CPF/MF;
- l) Certificado de Curso de Reciclagem de Vigilantes, atualizado.

**XXIII.** Fornecer e manter pasta própria, no local da prestação dos serviços ao CONTRATANTE (agência/posto bancário), sob seu controle, guarda e responsabilidade, de toda a documentação exigida pela legislação vigente, tais como: contrato de trabalho regularizado, termo de registro de emprego (ficha do Ministério do Trabalho), cartão ponto, registro/cadastro do vigilante e ficha-ponto com nome, matrícula, Carteira Nacional de Vigilante – CNV, registro das armas, coletes balísticos e bastões detectores portáteis (raquetes), Unidade do CONTRATANTE, Horário de Trabalho, carga horária correspondente e mês de competência;

**XXIV. Apresentar:**

- a) declaração de que todos os vigilantes que irão atuar nas dependências do CONTRATANTE preenchem todos os requisitos profissionais exigidos no Art. 155 da Portaria nº 3.233 de 10-12-2012;
- b) documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, tais como certidões negativas trabalhistas, quando solicitado;
- c) a relação de bastões detectores portáteis (raquetes), coletes balísticos (número e vencimento) e armas com os respectivos números dos "Registros de Armas" que serão utilizadas nos Postos de serviços;

**XXV. Fornecer:**

- a) uniformes novos e seus complementos, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e o disposto no Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho: calça, camisas de mangas compridas e de curtas, cinto de nylon, sapatos, quepe com emblema, jaqueta de frio ou japonsa, apito com cordão, crachá, revólver calibre 38, cinto com coldre e baleiro, munição calibre 38 e Livro de Ocorrências, provendo-os, ainda, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's-, quando for o



caso, devendo ser observadas as exigências constantes no Edital e nas disposições contidas na Legislação Federal e seus respectivos Decretos e Portarias;

b) as armas calibre 38, registradas em seu nome (CONTRATADA), as munições novas e os equipamentos portáteis pelo vigilante que sejam considerados indispensáveis à execução e manutenção dos elevados padrões de serviços, mantendo reserva técnica de armamento e munições em sua sede e filiais, garantindo a substituição, o "Registro(s) de Arma" no Posto de serviço, conforme legislação vigente, e o armamento limpo e lubrificado;

b.1) Não é permitido o uso de munições recarregadas.

c) transceptores móveis portáteis (tipo HT), nas quantidades relacionadas e quando previsto no Anexo 01, operando nas frequências VHF ou UHF, para uso em frequência privada, com bateria de alta capacidade e carregador rápido, devendo providenciar, junto ao Órgão Regulamentar (ANATEL), as licenças, autorizações e projetos necessários à utilização desses equipamentos;

d) uma unidade de detector portátil de metais ao vigilante designado para operar a porta detectora de metais, conforme a Portaria nº 3.233 de 10-12-2012;

e) A operacionalidade dos equipamentos referidos acima deverá atender por inteiro, a carga horária contratada, cabendo, à CONTRATADA, substituí-los, imediatamente quando apresentarem qualquer irregularidade/defeito, que venha a comprometer a sua finalidade;

f) Coletes à Prova de Balas para uso dos vigilantes, conforme a Portaria nº 3.233 de 10-12-2012;

g) **compartimento definido pela Portaria 3.233 de 10-12-2012**, para a guarda de armas, munições e coletes à prova de balas dos vigilantes da CONTRATADA, que serão guardados em local seguro, no estabelecimento do CONTRATANTE, de acesso restrito a pessoas estranhas ao serviço, não podendo o tomador do serviço ter acesso ao material, cuja responsabilidade pela guarda cabe exclusivamente à CONTRATADA e seus prepostos;

h) **sistema gestor baseado na plataforma Web**, cujo relacionamento operacional ocorrerá através daquele. Desta forma, o sistema gestor deverá prover o cadastro dos profissionais que executarão o objeto contratado nos postos de serviços de atendimento descritos na Proposta Geral, bem como suas movimentações, horas extras executadas, carga horária, horário de trabalho (início, fim e intervalos),





substituições, afastamentos, reciclagens, CNV's, inventário das armas, munições, coletes, bastões detector de metais portátil (raquete), uniformes, vistorias, etc.

Desta forma, para a gestão operacional do contrato, a CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE, no prazo de até 06 (meses) meses a contar da assinatura do contrato, o **SOFTWARE DE GESTÃO OPERACIONAL**, contemplando os itens acima assim como outros que envolvem as demais rotinas operacionais e que serão oportunamente detalhados à CONTRATADA. Durante este período, o CONTRATANTE realizará reuniões periódicas de suporte e acompanhamento para o desenvolvimento do sistema em comentário.

Para tanto, o sistema deve ser baseado em plataforma com interface WEB e banco de dados em Oracle, com suporte a instruções SQL Server, ou equivalente, devendo ser acessado pelo CONTRATANTE através de suas estações de trabalho, que estão conectadas através de sua Rede Corporativa. Os logins de acesso devem ocorrer através do uso de duplo fator de autenticação, respeitadas as diretrizes da política de segurança da informação da norma ISO 27000. Da mesma forma o CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, realizar visitas técnicas para aferir a aplicação do referido normativo, a fim de garantir a plena operacionalidade e comunicação com o software. Portanto, a CONTRATADA deverá observar as especificações exigidas, assim como os padrões de segurança lógica e patrimonial instituídos pelo CONTRATANTE.

A qualquer tempo, o CONTRATANTE poderá exigir alterações técnicas ou sistêmicas, as quais devem ser implementadas, sem ônus adicionais.

#### **XXVI. Ressarcir o CONTRATANTE:**

- a) de toda e qualquer sanção pecuniária que este venha a sofrer na Justiça, no Ministério do Trabalho, ou na Previdência Social, caso os seus empregados obtenham reconhecimento de vínculo empregatício com o CONTRATANTE, autorizando o desconto das importâncias relativas a tais despesas em crédito que lhe favoreça ou das garantias prestadas;
- b) de todas as multas emitidas pela Autoridade Policial por disparos indevidos do sistema de alarme bancário, os quais tenham sido identificados como origem os "transmissores de coação" manuseados por seus empregados;
- c) dos danos decorrentes da subtração de bens ou valores dele ou de terceiros nas dependências vigiadas, quando tais ações ocorrerem por culpa dela;



d) dos danos resultantes da divulgação ou uso indevido de informações sigilosas dele, quando tais ações forem praticadas por prepostos ou empregados dela ou ocorrerem por sua culpa;

e) dos prejuízos decorrentes de ações criminosas, elencadas na cláusula primeira do presente contrato, quando a concretização do ato decorrer de comprovada falha na execução dos serviços ora contratados, seja por ausência do vigilante no posto de serviço ou por ação, omissão, imprudência, negligência ou imperícia por parte de seus empregados, prepostos ou mandatários, assegurada prévia defesa;

f) por quaisquer danos causados por empregados, prepostos ou mandatários seus às instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos dele, ainda que caracterizada ausência ou omissão de fiscalização por parte do CONTRATANTE;

g) de danos causados a terceiros durante a execução dos serviços.

**XXVII. Responsabilizar-se:**

a) integralmente, por multas aplicadas pelas Delegacias da Polícia Federal por descumprimento contratual no que se refere à falta ou mau uso de qualquer equipamento ou documentos indispensáveis para o exercício das atividades de serviços de vigilância que comprometem a aprovação do Plano de Segurança e/ou interdição da unidade correspondente e pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços contratados;

b) pela idoneidade e bom comportamento de cada um dos empregados alocados na execução dos serviços, cabendo-lhe a reparação civil por eventuais danos causados pelo referidos empregados a pessoas ou bens, especialmente aqueles sob sua guarda;

c) civilmente, por quaisquer lesões de direito decorrentes de ação ou omissão de seus diretores, empregados, prepostos ou mandatários, aí incluídos eventuais danos emergentes e lucros cessantes;

d) pelas despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e seguro contra acidentes do trabalho e as demais decorrentes da execução do objeto contratado, tais como impostos federais, estaduais e/ou municipais, taxas, seguros e acidentes pessoais;

**XXVIII.** Zelar para que sejam cumpridas as normas internas do CONTRATANTE relativas à segurança, à prevenção de acidentes e outras relacionadas com a





execução dos serviços contratados, mantendo sigilo a respeito de qualquer tipo de informação, materiais, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos do CONTRATANTE, ou de seus clientes, a que vier ter acesso em decorrência deste contrato, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, conforme a hipótese, não devendo filmar ou fotografar qualquer parte dos locais de realização dos serviços;  
**XXIX.** Impedir que os vigilantes, que cometeram falta disciplinar de natureza grave, mantenham-se ou retornem às dependências do CONTRATANTE;

**XXX.** Designar formalmente representante para acompanhamento da execução do presente contrato, devendo ele possuir carta de preposto que deverá ser apresentada ao CONTRATANTE para sua identificação;

**XXXI.** disponibilizar, para seu preposto, telefone celular ou aparelho similar, facilitando a comunicação entre ele, o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

**XXXII.** Promover rodízio dos vigilantes;

**XXXIII.** fiscalização e controle sistemático do desempenho de seus vigilantes, por meio de, no mínimo, uma visita mensal de seus supervisores às dependências vigiadas, registrando, no "LIVRO DE OCORRÊNCIAS", as condições relativas aos serviços, mediante a presença da administração, mencionando, inclusive, as alterações que porventura forem repassadas aos vigilantes:

a) A cada visita de supervisão deverá ser emitida a Confirmação de Supervisão, referente aos serviços de vigilância do local vigiado;

b) As Confirmações de Supervisão - anexo 01 - devem ser encaminhadas ao CONTRATANTE – Unidade de Gestão Patrimonial – Gerência de Segurança Patrimonial, devidamente preenchidas, com assinatura e carimbo da Administração do local vigiado, a cada trinta dias, devendo as visitas realizadas no mês ter as Confirmações de Supervisão encaminhadas até o dia cinco (5) do mês subsequente e, caso os dias mencionados coincidam com sábado, domingo ou feriado, os referidos documentos deverão ser entregues no primeiro dia útil subsequente;

c) Todas as Confirmações de Supervisão deverão estar assinadas pelo Supervisor da Empresa Contratada.

**XXXIV.** Emitir "LIVRO DE OCORRÊNCIAS", que ficará na posse da administração da dependência vigiada para exame do CONTRATANTE e, no término do contrato, permanecerá em poder dele, para cada dependência vigiada, contendo as páginas



numeradas, termo de abertura e encerramento, devendo o vigilante registrar em tal LIVRO, consignando data e horário da ocorrência:

- a) teste diário na Porta de Segurança;
- b) teste diário do Detector Portátil de metais;
- c) teste mensal do Sistema de Alarme;
- d) registro da visita de supervisão mensal;
- e) registro de ocorrências eventuais.

**XXXV. Informar ao CONTRATANTE:**

a) o seu oficial endereço eletrônico (e-mail corporativo), que será utilizado para comunicação com o CONTRATANTE para envio de mensagens, relatórios gerenciais, planilhas e demais necessidades atinentes ao cumprimento do objeto contratado, comprometendo-se a informar formalmente alteração do referido endereço com antecedência mínima de 10 (dez) dias, sob pena de serem consideradas como recebidas todas as mensagens, informações e ou reclamações repassadas ao endereço anterior, o qual se estabelecerá como principal canal de comunicação com o Banrisul, especialmente no trato das demandas diárias;

b) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;

**XXXVI.** Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação do CONTRATANTE, que será efetuada sempre por escrito, a correção de qualquer irregularidade detectada na prestação dos serviços;

**XXXVII.** Fornecer, por escrito, e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, circunstanciado relatório sobre os serviços prestados, obrigando-se a acatar as sugestões motivadas do CONTRATANTE, visando, sempre, corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades do CONTRATANTE;

**XXXVIII.** Não utilizar o nome ou marca comercial do CONTRATANTE, assim como não realizar propaganda associada à prestação de seus serviços ao CONTRATANTE;

**XXXIX.** Atender a quaisquer necessidades decorrentes deste contrato, desde que sejam compatíveis com o seu objeto, embora aqui não referidas nem previstas até a data de assinatura deste contrato, bem como os pedidos de reforço formalizados pelo CONTRATANTE, de acordo com os prazos e condições abaixo estabelecidos:





a) serviços previamente solicitados deverão ser implantados no prazo máximo de vinte e quatro horas do pedido da Unidade de Gestão Patrimonial – Gerência de Segurança Patrimonial - do CONTRATANTE;

b) serviços decorrentes de situações atípicas, que demandem a implantação em caráter de urgência (intrusões fora do horário de expediente, fenômenos meteorológicos, fatores supervenientes que resultem na vulnerabilização do ambiente do local a ser vigiado e seu patrimônio), deverão ser implantados no prazo máximo de uma hora da solicitação da Unidade Patrimonial – Gerência de Segurança Patrimonial- e/ou agência ou posto do CONTRATANTE envolvidos na ocorrência;

c) Considera-se reforço a implementação temporária de postos adicionais de vigilância, por prazo não superior a trinta dias;

d) O não atendimento das solicitações de reforços configura responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE em virtude de assaltos, arrombamentos, desaparecimento de materiais e outras ocorrências da espécie sucedidas durante o período para o qual foi solicitado o reforço.

XL. Manter, durante a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, assumindo, ainda, a obrigação de apresentar, ao término do prazo de sua validade, a revisão da autorização de funcionamento e os certificados de segurança;

**XLI. Ressarcir o CONTRATANTE por eventuais prejuízos causados por seus empregados, quando agirem com dolo ou culpa, durante a execução dos serviços contratados. Tal ressarcimento ocorrerá mediante a retenção da garantia e, não sendo suficiente esta, mediante a retenção de pagamentos devidos à CONTRATADA:**

a) O ressarcimento de danos causados ocorridos na vigência do presente, quando ocasionarem a perda de numerário e/ou quaisquer outros valores, será efetuado como pagamento de dívida monetária;

b) ultimada a avaliação dos prejuízos, os danos de natureza não monetária serão convertidos em dívida monetária.

#### **CLÁUSULA NONA - DA INDENIZAÇÃO -**

Em decorrência das obrigações aqui assumidas, a CONTRATADA assume o compromisso de indenizar o CONTRATANTE por quaisquer importâncias que este



seja compelido a desembolsar em favor dos empregados dela, seja a que título for, inclusive em se tratando de reclamatórias trabalhistas promovidas em função do presente ajuste, para o que, desde já, a CONTRATADA autoriza o débito em sua conta corrente do valor assim desembolsado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL -**

**10.1.** A CONTRATADA assume exclusivamente a responsabilidade civil pelos atos praticados por seus empregados, quando na execução dos serviços contratados, e pelo atendimento às normas e regulamentos que disciplinam as atividades em foco.

**10.2.** A CONTRATADA assume a responsabilidade por eventuais danos causados por seus prepostos e empregados a bens ou pessoas.

**10.3.** A CONTRATADA responsabiliza-se, perante o CONTRATANTE, pela idoneidade das pessoas designadas aos serviços contratados.

**10.4.** As partes acordam que ao CONTRATANTE não cabe responsabilidade alguma em caso de ferimentos, seja de que natureza for, incapacidade parcial ou total, temporária, permanente ou morte de qualquer dos empregados da CONTRATADA designados à execução dos serviços contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO DO CONTRATO -**

É proibida a cessão, subcontratação ou transferência, total ou parcial, do presente contrato, sob pena de rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA -**

**12.1.** A CONTRATADA dá e se obriga a manter, durante toda a vigência do contrato, garantia por uma das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do preço global contratado, devendo apresentar o respectivo comprovante em até cinco dias contados da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual e sanções administrativas cabíveis.

**12.2. NO CASO DE CAUÇÃO EM DINHEIRO:**

I. O valor depositado em caução será administrado pelo CONTRATANTE e devolvido à CONTRATADA, após trinta dias decorridos do término do contrato ou da sua





rescisão, desde que adimplidas todas as obrigações contratuais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

II. O CONTRATANTE utilizará, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o valor da garantia para cobrir os prejuízos eventualmente apurados, decorrentes do descumprimento de qualquer obrigação contratual ou falha dos serviços contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dos empregados da CONTRATADA.

III. Utilizada a garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reintegrá-la no prazo de cinco dias úteis contados da data que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

IV. O valor atualizado da garantia será devolvido à CONTRATADA, desde que a CONTRATADA não possua dívida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

#### 12.3. NO CASO DE SEGURO GARANTIA:

I. o CONTRATANTE deverá ser indicado como beneficiário do seguro garantia;

II. a CONTRATADA obriga-se a apresentar a nova apólice em até cinco dias úteis após o vencimento da anterior e a comprovar o pagamento do prêmio respectivo em até dois dias úteis após o seu vencimento.

III. o descumprimento das obrigações previstas nos incisos I e II, deste item, constitui motivo para rescisão contratual.

IV. o prazo de cobertura da apólice deverá abranger o período do contrato, acrescido de trinta dias;

V. cobertura para a execução do contrato, bem como de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e ainda possíveis penalidades, tais como multas de caráter punitivo.

#### 12.4. NO CASO DE FIANÇA BANCÁRIA, deverá constar, no instrumento de fiança bancária:

I. prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de trinta dias;

II. expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao CONTRATANTE, dos prejuízos por este sofridos em razão do



descumprimento das obrigações da CONTRATADA, independentemente de interpelação judicial;

III. expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro;

IV. cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

**12.5.** A perda da garantia em favor do CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SEGURO -**

**13.1.** Em cumprimento ao disposto no artigo 19, inciso IV, da Lei n.º 7.102/83, e no artigo 20, inciso IV, e artigo 21 do Decreto n.º 89.056/93, a CONTRATADA obriga-se a contratar seguro de vida em grupo para os vigilantes, responsáveis pela execução dos serviços decorrentes do presente contrato, sem qualquer ônus para eles, concedendo as seguintes coberturas, no mínimo, nas condições do dissídio coletivo da categoria, conforme segue:

- I. vinte e seis vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada no mês anterior ao evento, para cobertura de morte natural e invalidez permanente total;
- II. cinquenta e duas vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada no mês anterior ao evento, para cobertura de morte acidental e invalidez permanente total decorrente de acidente do trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS -**

**14.1.** Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações do presente contrato, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e da rescisão do mesmo, se for o caso:

**14.1.1. advertência**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

**14.1.2. multa(s):**

- I. de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal atualizado do posto em que se verificou a ocorrência, por hora, nos casos de atraso superior a trinta minutos no comparecimento do profissional ao posto;





**II. de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal atualizado do posto em que se verificou a ocorrência,** por ocorrência, nos casos de atraso de até trinta minutos no comparecimento do vigilante ao posto de trabalho;

**III. de 30% (trinta por cento) sobre o valor mensal atualizado do posto em que se verificou a ocorrência,** nos casos de permanência do vigilante no posto de trabalho usando uniforme em mau estado de conservação e limpeza, sonolento, com indícios de ter ingerido bebida alcoólica ou portando-se de modo julgado inconveniente ou incompatível com o serviço;

**IV. de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato,** por dia de atraso, caso não sejam cumpridos os prazos estipulados no item 8.2.2., subitens XVI, XVII e XVIII, da Cláusula Oitava, do presente contrato.

**V. de 3% (três por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato,** pelo não cumprimento do prazo determinado para realização da visita mensal da supervisão, constatado no "LIVRO DE OCORRÊNCIAS" e/ou nas Confirmações de Supervisão fornecidos a ela;

**VI. de 4% (quatro por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato,** pela reapresentação do vigilante afastado formalmente pelo CONTRATANTE;

**VII. de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato,** por ocorrência, pela alocação de vigilante com antecedentes criminais ou sem a qualificação técnica estabelecida na legislação pertinente;

**VIII. de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato,** por ocorrência, pela falta de quaisquer equipamentos de segurança determinados pela legislação específica, pela Política de Segurança do Contratante ou pela Polícia Federal;

**IX. de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato,** no caso de descumprimento de cláusula contratual que não elencadas nas hipóteses dos incisos acima, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e/ou negligência na execução dos serviços contratados.

**X. de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do contrato,** no caso de descumprimento contratual total ou, ainda, quando ocorrer reincidência no cometimento de falta pela qual já houver sido a CONTRATADA advertida e/ou multada;



**14.1.3. suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública,** pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo do CONTRATANTE considerar rescindido este vínculo obrigacional e/ou adotar as demais medidas legais e judiciais cabíveis, quando ocorrer:

- I. apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- II. reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados, acarretando prejuízos ao CONTRATANTE;
- III. atraso injustificado na execução dos serviços, contrariando o disposto neste contrato;
- IV. reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- V. irregularidades que ensejam a rescisão contratual;
- VI. ação no intuito de tumultuar a execução do contrato;
- VII. práticas de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE;
- VIII. condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

**14.1.4. declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual** no caso de falta grave, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser proposta ao competente Órgão do Governo, quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo à Administração Pública, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

**14.2.** As multas mencionadas no item 14.1.2. são, individualmente, limitadas a 30% (trinta por cento) do valor da base de cálculo de sua incidência, por ocorrência, sem prejuízo da cumulação de multas, limitadas a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

**14.3.** A(s) multa(s) aplicadas(s) à CONTRATADA e/ou os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito devido à CONTRATADA, das garantias prestadas ou serão cobrados judicialmente.

**14.4.** A(s) penalidade(s) de multa(s) não terá(ão) caráter compensatório, podendo ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não tem intuito





indenizatório, não isentando a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CONFIDENCIALIDADE -

15.1. As partes têm obrigações recíprocas de manutenção do sigilo das informações trocadas, convencionando que:

I. "Informações" são as comunicações ou dados, de quaisquer formas, não limitadas às formas oral, escrita, gráfica ou eletromagnética;

II. "Parte Divulgadora": é a parte que divulga as informações confidenciais;

III. "Parte Receptora": é a parte que recebe as informações confidenciais;

IV. "Informações confidenciais": são aquelas informações que a Parte Divulgadora deseja proteger contra o uso ilimitado, comunicação e ou divulgação indiscriminadas ou competição e que sejam designadas como tal por meio deste instrumento.

15.2. Todas as informações relacionadas ao objeto deste Contrato, que forem transmitidas pela Parte Divulgadora à Parte Receptora serão consideradas protegidas pela Parte Receptora como informações confidenciais se antes da divulgação for esclarecido expressamente que não se tratam de informações sigilosas.

15.3. As informações confidenciais da Parte Divulgadora devem ser tratadas como confidenciais e protegidas pela Parte Receptora por período indeterminado até ordem em contrário. As obrigações de confidencialidade e não divulgação determinadas neste instrumento devem igualmente permanecer protegidas pela Parte Receptora por período indeterminado até ordem em contrário.

15.4. As Partes concordam que, conforme solicitação da Parte Divulgadora, todas as informações confidenciais que estiverem de posse da Parte Receptora devem ser devolvidas à Parte Divulgadora ou destruídas, segundo critérios e instruções da Parte Divulgadora. Independente da devolução ou destruição das informações e/ou dos documentos fornecidos, a Parte Receptora permanecerá com a obrigação de não divulgação, mantendo as obrigações de sigilo previstas neste instrumento, inclusive após seu término, sob pena de responsabilização por perdas e danos que porventura vierem a existir.

15.5. A Parte Receptora concorda que:



I. Quaisquer informações confidenciais divulgadas de acordo com este documento devem ser usadas pela Parte Receptora tão somente com o propósito para o qual estas informações foram divulgadas;

II. Quaisquer informações confidenciais divulgadas de acordo com este documento permanecem, em qualquer instância, de propriedade da Parte Divulgadora; e

III. Exceto nos casos de determinação judicial, a Parte Receptora não poderá usar, distribuir, divulgar ou disseminar tais informações confidenciais a quem quer que seja, salvo seus empregados, incluindo empregados de sua controladora, subsidiárias controladas ou afiliadas, que necessitem ter conhecimento de tais informações com o propósito para o qual estas foram divulgadas, a não ser e até que (i) tais informações estejam disponíveis para o público por outros meios que não por quebra deste Contrato; (ii) tais informações estejam de posse da Parte Receptora ou de seus empregados sem restrição, antes de qualquer divulgação feita segundo este Contrato; (iii) tais informações sejam ou tenham sido divulgadas, à Parte Receptora ou seus empregados, por terceiros que não tenham sido empregados das Partes e desde que por meios legais tenham obtido conhecimento; (iv) tais informações sejam desenvolvidas independentemente pela Parte Receptora sem que as informações confidenciais e sigilosas divulgadas segundo este Contrato tenham sido usadas direta ou indiretamente.

15.6. A Parte Receptora garante que protegerá por todos os meios as informações confidenciais e sigilosas, comprometendo-se a protegê-las da mesma forma e, no mínimo, no mesmo grau que protege suas próprias informações confidenciais e sigilosas. A Parte Receptora concorda também em dar conhecimento a todos os seus empregados, que tiverem acesso às informações confidenciais e sigilosas, de suas obrigações de acordo com o que rege este instrumento. A divulgação pela Parte Receptora de informações confidenciais e sigilosas, sem autorização expressa da Parte Divulgadora, sujeitará a infratora às penalidades legais e ou contratuais.

15.7. Quaisquer informações adicionais fornecidas à Parte Receptora pela Parte Divulgadora antes da execução deste Contrato devem ser consideradas da mesma maneira e estar sujeitas ao mesmo tratamento das informações confidenciais e sigilosas que foram disponibilizadas com a execução deste Contrato.





15.8. Nada que esteja contido neste Contrato deve ser tomado como garantia ou conferência de direitos de licença de uso das informações confidenciais e sigilosas divulgadas à parte Receptora.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO CONTRATO COMO GARANTIA -**

É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO -**

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos Artigos 77 a 80, da Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EFICÁCIA -**

O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS -**

19.1. Qualquer modificação na rotina dos serviços deverá ser comunicada com antecedência mínima de setenta e duas horas e a expressa anuência da outra parte.

19.2. Qualquer tolerância ou concessão do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, não constituem novações ou precedentes invocáveis por qualquer das partes.

19.3. Os casos fortuitos ou de força maior, previstos no artigo 393, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro não constituem inadimplência.

19.4. As Partes declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais, com deveres para assumir as obrigações ora pactuadas.

19.5. As Partes reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos mais rígidos princípios da boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo avençado, tendo sido exercida em toda sua plenitude a autonomia da



vontade das partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.

19.6. Fica, desde já, convencionado, que caso haja alguma divergência entre as cláusulas do presente Contrato e as condições estabelecidas nos Anexos que o integram, serão consideradas como preponderantes as condições e disposições constantes neste Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO -**

As partes elegem o foro da Comarca de Porto Alegre, RS, para dirimir as questões relativas a este contrato.

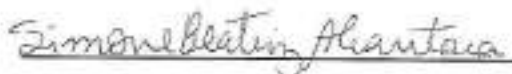
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante as testemunhas infra-assinadas.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

  
\_\_\_\_\_  
EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA.

**TESTEMUNHAS:**



Nome:

CPF: 44926537087

  
Nome: Diane Cordeiro Campos Pereira  
CPF: 06.011.830.32



0000384.2013 - fronteira - EPAVI

27/27

  
Maria Inês Dutra de Vargas-4157  
Gerente Executiva



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000384/2013**  
**ANEXO 01**

**POSTOS DE VIGILÂNCIA PARA AS AGÊNCIAS E POSTOS DO BANRISUL NA SUREG FRONTEIRA**

**DADOS DA PROPONENTE:**

1. Razão Social:	EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ 02.968.671/0001-01
2. Endereço:	Av. Amazonas nº 1193 - 2º pavimento - Bairro São Geraldo - Porto Alegre - RS
3. Telefones:	(51) 3222.1999/3275.1990
4. E-mail Comercial:	comercial.publico@eservi.com.br
5. E-mail Operacional:	comercial.publico@eservi.com.br
6. Representante Legal/Contato:	MARIA APARECIDA MONTICELLI - Procuradora - fone: (51) 3222.1569 Ramal 225
Data:	13/08/2013

Local	Cidade	100 %	TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D	Valor Mensal por Local (R\$)
			6h	6h48min	10h	24h	
AGUDO Av. Conselheiro, 735	Agudo	3	1	2			R\$ 8.305,44
ALBORITO Rua. Pres. Getúlio Vargas, 14	Alborito	3	4				R\$ 9.093,76
CAÇAPAVA DO SUL R. São do Setembro, 796	Caçapava do Sul	2,5		2			R\$ 6.033,00
CACEQUI Rua Santo Gonçalves, 100	Cacequi	3	1	2			R\$ 8.305,44
CAMOBI Rua João Abílio Zampieri, 1225	Camobi	4	1	2			R\$ 8.305,44
DELMARDO DE AGUIAR Av. Rocha Viana, 628, Centro	Delmar do Aguiar	4	1	1			R\$ 5.289,94
DONA FRANCISCA Av. 17 de Julho, 1289	Dona Francisca	3	1	1			R\$ 5.289,94
FARINAL DO SOTURNO Av. Vicente Pigo, 369	Farinal do Soturno	3	1	1			R\$ 5.289,94
FORMIGUEIRO Av. João Estêvão, 410	Formigueiro	2,5		2			R\$ 6.033,00
ITACURUBI Av. Dez de Abril, 809	Itacurubi	4	1	1			R\$ 5.289,94
ITAGUI Rua Santo Gonçalves, 360	Itagui	3	1	2			R\$ 8.305,44
JANGUARI Av. São do Setembro, 340	Janguari	3	1	1			R\$ 5.289,94
JARI Rua Elvino Martins, 77	Jari	3	1	1			R\$ 5.289,94
JÚLIO DE CASTILHOS Av. Pinheiro Machado, 562	Júlio de Castilhos	3		2			R\$ 6.033,00
LAVRAS DO SUL R. Dr. Pires Porto, 290	Lavras do Sul	3	1	2			R\$ 8.305,44
MAÇAMBÁ R. Odeão Medeiros de Almeida, 150	Maçambará	4	1	1			R\$ 5.289,94
MANOEL VIANA Rua Presidente Vargas, 402	Manoel Viana	3	1	1			R\$ 5.289,94
MATA Rua do Sertão, 35	Mata	4	1	1			R\$ 5.289,94
MEDIANEIRA Av. Nº 1, S/Nº de Medianeira, 1045	Santa Maria	4	1	2			R\$ 8.305,44
NOSSA SENHORA DAS DORES Av. Nº 1, S/Nº das Dores, 125	Santa Maria	4	1	2			R\$ 8.305,44
NOVA ESPERANÇA DO SUL Rua Sarbaldi, 1409	Nova Esperança do Sul	3	1	1			R\$ 5.289,94
NOVA PALMA Rua Raimundo Alencar, 442	Nova Palma	3	1	1			R\$ 5.289,94
PARAÍSO DO SUL Rua Augusto Ribeiro, 85	Paraíso do Sul	3	1	1			R\$ 5.289,94
PIHAL GRANDE Rua Santo do Rio Branco, 448	Pinhal Grande	3	1	1			R\$ 5.289,94
PRESIDENTE VARGAS Av. Presidente Vargas, 2355/Sala 04	Santa Maria	4	1	1			R\$ 5.289,94
QUARAÍ Av. São do Setembro, 947	Quaraí	3	1	2			R\$ 8.305,44
QUEVEDOS Rua Haima, 49	Quevedos	2	1	1			R\$ 5.289,94
RESTINGA SECA Rua Haima, 49	Restinga Seca	3		2			R\$ 6.033,00
ROSÁRIO DO SUL Rua General Deodoro, 1246	Rosário do Sul	3	1	2			R\$ 8.305,44



Local	Cidade	10h	TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D	Valor Mensal por Local (R\$)
			8h	8h-45min	10h	24h	
RUA DR. BOZANO Rua Dr. Bozano, 947	Santa Maria	4	1	2			R\$ 8.398,44
SANTA BARRA Rua de Acampamento, 2	Santa Maria	4	2	2		1	R\$ 25.127,13
SANTANA DO LIVRAMENTO Rua 7 de Setembro, 894	Santana do Livramento	3		4			R\$ 12.068,00
SANTIAGO Rua Venâncio Aires, 359	Santiago	3	1	2			R\$ 8.398,44
SÃO BORJA Rua Cândido Falcão, 1125	São Borja	3	1	2			R\$ 8.398,44
SÃO FRANCISCO DE ASSIS Av. Farnesópolis, 1627	São Francisco de Assis	4	1	2			R\$ 8.398,44
SÃO GABRIEL Praça Dr. Fernando Abad, 14	São Gabriel	3	1	2			R\$ 8.398,44
SÃO MARTINHO DA SERRA Rua 24 de Janeiro, 611	São Martinho da Serra	4	1	1			R\$ 5.289,34
SÃO PEDRO DO SUL Rua Expedicionário Almeida, 413	São Pedro do Sul	2	1	2			R\$ 8.398,44
SÃO SEPE Rua Sete de Setembro, 1094	São Sepé	4	1	2			R\$ 8.398,44
SÃO VICENTE DO SUL Av. Manoel Cipriano Dall'Aglio, 498	São Vicente do Sul	3	1	2			R\$ 8.398,44
SILVEIRA MARTINS Rua Antônio Antônio Veldin, 436	Silveira Martins	3	1	1			R\$ 5.289,34
TANCHEDO MEYER Rua Amin Schwarz, 341 U. 37 e 38	Santa Maria	4	1	1			R\$ 5.289,34
TUPANCIRETÁ Av. das Fêmeas, 1272	Tupanciretá	3		2			R\$ 8.003,09
URUGUAIANA Rua Duque de Caxias, 1733	Uruguaiana	6	2	2			R\$ 16.679,88
VILA NOVA DO SUL Av. Dário Antônio da Rosa, 263	Vila Nova do Sul	3	1	1			R\$ 5.289,34
FA CAPÃO DO CIPÓ Av. Tranquedo Neves, 1847	Santiago	3	1				R\$ 2.273,44
FA PI ITAARA Av. Santa, 80	Itaara	3		1			R\$ 1.016,58
FA PI MORA (AG FAXINAL SOTURNO) Av. Cel. Osório, 287	Itoró	3	1				R\$ 2.273,44
FA PI SÃO JOÃO DO POLESINE Rua São João, 1225	São João do Polesine	3	1				R\$ 2.273,44
FA PI UNISTALDA (AG SANTIAGO) Largo Inácio Lopes, s/n	Santiago	3	1				R\$ 2.273,44
FA FORD SANTA MARIA Alameda Buenos Aires, s/n	Santa Maria	4		1			R\$ 1.016,58
FA FORD SANTANA DO LIVRAMENTO Rua Bento do Triunfo, 633	Santana do Livramento	3	1				R\$ 2.273,44
FA FORD SÃO BORJA Rua Cel. Aparício Marins, 1773	São Borja	3	1				R\$ 2.273,44
FA FORD SÃO GABRIEL Rua Orestes Laumann, 73	São Gabriel	3	1				R\$ 2.273,44
FA FORD URUGUAIANA Rua Selenia, 2487	Uruguaiana	5	1				R\$ 2.273,44
FA FUZER Rod. RS 308 Km 16	Restinga Seca	3	1				R\$ 2.273,44
FA IMOBILIÁRIA BOCA DO MONTE Rua Venâncio Aires, 2289	Santa Maria	4	1				R\$ 2.273,44
FA PM AGUDO Av. Tiradentes, 1635	Agudo	3	1				R\$ 2.273,44
FA PM BARRA DO QUARAÍ Rua Sebastião Mariz, 548	Barragem do Quaraí	3	2				R\$ 4.549,88
FA ROYAL PLAZA SHOPPING Av. Heitor Stta. das Dores, 385, lojas 304 e 305	Santa Maria	4	1				R\$ 2.273,44
			8h	8h-45min	10h	24h	
Quantidade de Postos por Carga Horária:			58	73	0	1	132
Valor Total por Carga Horária (R\$/Mês):			R\$ 131.359,52	R\$ 220.204,56	R\$ -	R\$ 14.547,25	R\$ 366.611,27

Valor Total para 24 meses (R\$):

R\$ 8.798.670,48

A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR, PARA A BASE DE CÁLCULOS DO BANRISUL, O VALOR ESTIMADO PARA CADA TIPO DE POSTO E HORA ADICIONAL, CONFORME OBSERVADO NO ITEM 2, ABAIXO:

TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D
--------	--------	--------	--------



Local	Cidade	80 %	TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D	Valor Mensal por Local (R\$)
			6h	8h48min	10h	24h	
VALOR UNITÁRIO DE CADA CARGA HORÁRIA			6h	8h48min	10h	24h	
			R\$ 2.273,44	R\$ 3.016,50	R\$ 4.820,50	R\$ 14.547,25	
VALOR DA HORA ADICIONAL			R\$ 40,41				

### OBSERVAÇÕES:

<b>1. TIPOS DE POSTOS</b>
a. <b>POSTO TIPO A</b> - 30 horas semanais diurnas (de segunda a sexta-feira) - posto guarnecido ininterruptamente por 6 horas, em dias úteis, em horário compreendido entre 07:30 e 20:00 horas, a critério do Banco;
b. <b>POSTO TIPO B</b> - 44 horas semanais diurnas (de segunda a sexta-feira) - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 07:30 e 20:00 horas, a critério do Banco;
c. <b>POSTO TIPO C</b> - 50 horas semanais diurnas (de segunda a sexta-feira) - posto guarnecido ininterruptamente por 10 horas, em dias úteis, em horário compreendido entre 07:30 e 20:00 horas, a critério do Banco;
d. <b>POSTO TIPO D</b> - 24 horas ininterruptas (de segunda a segunda-feira) - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados
2. A licitante deverá informar o valor unitário para todas as cargas horárias acima especificadas, assim como o valor da hora extra, independente do que o BANRISUL estará contratando na presente Licitação. Essa informação é imprescindível para uma eventual contratação (parâmetros). Havendo adequação do valor proposto (melhor proposta), a licitante deverá também adequar os valores estimados para cada carga horária, de acordo com a proporcionalidade.
3. A licitante deverá orçar considerando a Convenção Coletiva de Trabalho de 2013 (CCT 2013).
4. Faculta ao BANRISUL, alterar, incluir e ou excluir os postos de serviços descritos na presente planilha, visando adequação à sua política de segurança operacional e patrimonial, adotando, posteriormente, o Contrato de Prestação de Serviços.
5. A proposta que não atender as exigências acima, estará automaticamente desclassificada, conforme previsão do Edital.
4. Faculta ao BANRISUL, alterar, incluir e ou excluir os postos de serviços descritos na presente planilha, visando adequação à sua política de segurança operacional e patrimonial, adotando, posteriormente, o Contrato de Prestação de Serviços.
5. A proposta que não atender as exigências acima, estará automaticamente desclassificada, conforme previsão do Edital.

*Maria Inês Dutra de Vasquez*  
Gercia Exequente





**ADITAMENTO N.º 03 AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA**

**CONTRATANTE: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Capitão Montanha, n.º 177, na cidade de Porto Alegre, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob n.º 92.702.067/0001-96, Inscrição Estadual sob n.º 096/2536253, por seu representante legal no fim assinado.

**CONTRATADA: EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA.**, com sede na Av. Amazonas, n.º 1193, 2º pavimento - Bairro São Geraldo, na Cidade de Porto Alegre - RS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 92.966.571/0001-01, por seu representante legal no fim assinado, têm certo e ajustado o que adiante segue.

As partes acima nomeadas e qualificadas neste instrumento resolvem de comum acordo, aditar o contrato n.º 0000384/2013, firmado em 05 de dezembro de 2013, os quais se regem pelas disposições das Leis 8.666/93, 11.389/99, Decreto n.º 43.183/04 e legislação pertinente, com fundamento legal no inciso II, do Art. 57, da Lei 8.666/93, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância ostensiva armada nas Agências da Superintendência Fronteira, a ser executada nas dependências do **CONTRATANTE** nas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Prorrogar o prazo do contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 17.12.2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Permanecem íntegras, por serem neste ato expressamente ratificadas, todas as demais cláusulas e condições constantes do contrato original mencionado.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente aditamento em 02 (duas) vias de igual forma e teor com as testemunhas abaixo.

Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

*Thais Leite Chaves*

**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Thais Leite Chaves - 2957  
Superintendente Executivo  
Unidade de Contratações e Pagamentos

*Silvio Renato Medeiros Pires*

**EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILANCIA LTDA**

Silvio Renato Medeiros Pires  
Sócio Administrador

Testemunhas:

*Simone Beatriz Riantana*  
Nome:  
CPF: 449.265.370-87

*Gabriela M. Matos*  
Nome: Gabriela Matos  
CPF: 848.605.450-87



ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 0000384/2013  
ANEXO 01

POSTOS E AS AGÊNCIAS DA SUREG FRONTEIRA

Local	Cidade	IBS %	TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D		Valor Mensal por Local (R\$)	Acréscimos	Deductions
			EH	Bedstn	10h	7ah	2ah			
VALOR ANTERIOR + REAJUSTE CCITMS								R\$ 482.167,37	2,06%	0,82%
AGUDO	Agudo	3	1	2				R\$ 10.932,73		
ALTORETE	Altoforte	3	3	1				R\$ 12.556,19		
CAÇAPANHA DO SUL	Caçapava do Sul	3,5		2				R\$ 7.700,80		
CACOSQUI	Cacosqui	3	1	2				R\$ 10.160,18		
CHARRAS	Algarine	3,5		2				R\$ 7.700,80		
CANÓBI	Canóbi	4	1	2				R\$ 10.932,73		
DIASMANO DE AGUIAR	Diamante de Aguiar	4	1	1				R\$ 8.752,33		
DONA FRANCISCA	Dona Francisca	3	1	1				R\$ 8.752,33		
FABIAL DO BORTUINO	Fabial do Bortuino	3	1	1				R\$ 8.752,33		
FORQUILHEIRO	Forquilha	2,5		2				R\$ 7.700,80		
FRONTEIRA DA PAZ	Santa Rosa do Livramento	3		2				R\$ 7.700,80		
ITACURUBI	Itacurubi	4	1	1				R\$ 8.752,33		
ITAPORÉ	Itaporé	3	1	2				R\$ 10.160,18		
JACUÍ	Jacuí	5	1	1				R\$ 8.752,33		
JARI	Jari	3	1	1				R\$ 8.752,33		
JELD DE CASTILHOS	Jeld de Castilhos	5		2				R\$ 7.700,80		
LARANAS DO SUL	Laranas do Sul	3	1	2				R\$ 10.160,18		
MACAMBIRA	Macambira	4	1	1				R\$ 8.752,33		
MARDEL VIANA	Mardel Viana	3	1	1				R\$ 8.752,33		
MATA	Mata	4	1	1				R\$ 8.752,33		
METEMERIA	Santa Maria	4	1	2				R\$ 10.160,18		

  
 MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
 RIO GRANDE DO SUL

Local	Cidade	RS	TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D	Valor Mensal por Local (R\$)	Acrescimos	Descontos
VILA ROMA DO SUL	Vila Rica do Sul	3	1	1	10h	24h	R\$ 8.752,33		
PA CARILHO DO CIPÓ	Santiago	3	1				R\$ 2.341,58		
PA PM ITAUNA	Rua	3		1			R\$ 3.850,40		
PA PM FORTA (AO FAMAL SOTURNO)	Local	3	1				R\$ 2.901,93		
PA PM SÃO JOÃO DO NOBRE	Rio João de Pedras	3	1				R\$ 2.341,58		
PA PM UNISTALDA (AO SANTIAGO)	Santiago	3	1				R\$ 2.341,58		
PA FORD SANTA MARIA	Santa Maria	4		1			R\$ 3.850,40		
PA FORD SANTANA DO LIVRAMENTO	Santana do Livramento	3	1				R\$ 2.341,58		
PA FORD SÃO BORJA	São Borja	3	1				R\$ 2.341,58		
PA FORD SÃO GABRIEL	São Gabriel	3	1				R\$ 2.341,58		
PA FORD URUGUAYANA	Uruguaiana	5	1				R\$ 2.341,58		
PA FORTER	Santiago do Sul	3	1				R\$ 2.341,58		
PA PM ZAMBIA DO GUASU	Bom do Guasu	3	2				R\$ 5.800,45		
PA ROYAL PLAZA SHOPPING	Santa Maria	4	1				R\$ 2.341,58		
Quantidade de Postos por Carga Horária		6h	55	78	10h	24h	R\$ 478.601,13		
Valor Total por Carga Horária (R\$)Mês		R\$	159.406,15	R\$	310.331,23	R\$	18.568,78	R\$	2,05%
Valor Total para 24 Meses (R\$)							R\$ 11.494.147,12		

VALOR UNITARIO DE CADA CARGA HORÁRIA							
TIPO A		TIPO B		TIPO C		TIPO D	
6h		8h-45min		10h		24h	
R\$	2.901,93	R\$	3.850,40			R\$ 18.568,78	

VALOR DA HORA ADICIONAL	R\$	44,73
-------------------------	-----	-------





## ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

**CONTRATANTE:** BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A, com sede na Cidade de Porto Alegre – RS, na Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 92.702.067/0001-96, Inscrição Estadual nº 096/2536253, por seu representante legal no fim assinado.

**CONTRATADA:** EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA, com sede na Av. Amazonas, nº 1193, 2º pavimento - Bairro São Geraldo, na Cidade de Porto Alegre - RS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 92.966.571/0001-01, por seu representante legal no fim assinado, têm certo e ajustado o que adiante segue.

As partes acima nomeadas e qualificadas, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato nº 0000384/2013, firmado em 17/12/2013 e seus respectivos aditamentos, os quais regem-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, sujeitando-se à Lei Estadual 11.389/99, com fundamento no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, nas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Prorrogar o prazo do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, a contar de 17/12/2017, mantendo-se as mesmas bases pactuadas.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Permanecem integras, por serem neste ato expressamente ratificadas, todas as demais cláusulas contratuais e condições do contrato original.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente aditamento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, com as testemunhas abaixo.

Porto Alegre, 23 de novembro de 2017.

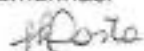
  
Inês Leite Chaves - 2257  
Superintendente Executivo  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

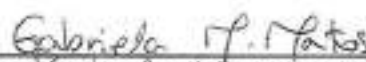
  
EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA  
Luciano dos Santos Machado  
Sócio Administrador



Testemunhas:



  
Nome: Otília Fernandes de Costa  
CPF/MF: 937.831.930-82

  
Nome: Gabriela Monção Mattos  
CPF/MF: 848.603.450-87

## ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

**CONTRATANTE:** BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A, com sede na Cidade de Porto Alegre – RS, na Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 92.702.067/0001-96, Inscrição Estadual nº 096/2536253, por seu representante legal no fim assinado.

**CONTRATADA:** EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA, com sede na cidade de Porto Alegre – RS, na Av. Amazonas, nº 1193, 2º pavimento - Bairro São Geraldo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 92.966.571/0001-01, por seu representante legal no fim assinado.

As partes acima nomeadas e qualificadas, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato nº 0000384/2013, firmado em 05/12/2013 e seus respectivos aditamentos, cujo objeto é prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva nas agências e postos do Barrisul, pertencentes à Superintendência Fronteira, os quais regem-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, sujeitando-se a Lei 11.389/99, com fundamento no Artigo 57, § 4º da Lei 8.666/93, nas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Prorrogar por excepcionalidade o prazo do contrato por um período de 12 (doze) meses, a contar de 17/12/2018, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 dias;

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Permanecem integras, por serem neste ato expressamente ratificadas, todas as demais cláusulas contratuais e condições do contrato original.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente aditamento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, com as testemunhas abaixo.

Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

  
Thaís Leite Chaves - 2957  
Representante Legal  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

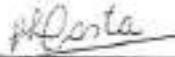
  
Sívio Renato Medeiros Pires  
Sócio Administrador  
EMPRESA PORTOALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA


 6.º TABELIONATO  
Porto Alegre





Testemunhas:

  
Nome: Lucília Fernandes da Costa  
CPF: 987.831.900-82

  
Nome: THIAGO SANTOS COSTA  
CPF: 988.125.580-82

Eugênia Regina Mangarall - 5186  
Corrente Extrajudicial